



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	A	PENS	ADO	S	
-					
_					

Em: ____/___/

(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)	N° DE ORIGEM:						
Dispõe sobre concessão de licença no caso de	e adoção.						
DESPACHO: 29/11/2000 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.733, DE 199	96)						
ENCAMINHAMENTO INICIAL: AO ARQUIVO, EM /1/01/01							
REGIME DE TRAMITAÇÃO	PRAZO DE EMENDAS						
ORDINÁRIA COM	MISSÃO INÍCIO TÉRMINO						
COMISSÃO DATA/ENTRADA	1 1 1						
CSSF 18101100							
DISTRIBUIÇÃO / R	EDISTRIBUIÇÃO / VISTA						
A(o) Sr(a). Deputado(a):							
Comissão de:							
A(o) Sr(a). Deputado(a):							
Comissão de:							
A(o) Sr(a). Deputado(a): Comissão de:							
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:						
Comissão de:							
A(o) Sr(a). Deputado(a):							
Comissão de:							
A(o) Sr(a). Deputado(a):							
Comissão de:							
A(o) Sr(a). Deputado(a):							
Comissão de:							
A(o) Sr(a) Deputado(a):	Presidente:						

Comissão de:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.822, DE 2000 (DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)



Dispõe sobre concessão de licença no caso de adoção.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.733, DE 1996)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Nos casos de adoção será concedida à mãe adotiva, empregada de empresa privada ou servidora pública, licença de 90 (noventa) dias durante o primeiro ano de vida da criança.

§ 1.º Se a criança tiver mais de uma ano de idade, a licença será de 60 (sessenta) dias, contados da efetiva da adoção.

§ 2.º Na hipótese de falecimento da mãe adotiva nos primeiros seis meses de vida da criança, o pai adotivo terá direito a 30 (trinta) dias de licença.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições ao contrário.







Justificativa

A consolidação das Leis do Trabalho e a própria Constituição Federal prevêem uma série de direitos à empregada gestante e mãe, inclusive a licença de quatro meses de estabilidade provisória. Há que se considerar, contudo o direito igual à mãe adotiva, também trabalhadora, que não se pode privar da liberdade de permanecer em casa, por um período de apenas 90 dias, na fase inicial da vida da criança adotada.

O presente projeto de lei visa estabelecer o direito à licença maternidade para a empregada, e no caso de falecimento da mãe adotiva, nos primeiros seis meses de vida da criança adotada o pai terá direito a 30 (trinta) dias de licença paternidade.

Estaremos, ainda incentivando mais as adoções legais, por parte daqueles que dispõem de recursos para darem, às crianças mais carente e muitas vezes abandonadas pelas mães legitimas, chances de uma sobrevida digna de que elas são certamente merecedoras.

Sala das Sessões, 28 de Novembro de 2000.

Deputado José Carlos Coutinho

PFL-RJ



Lote: 74
PL Nº 3822/2000
3

PLENÁRIO - RECEBIDO Em & 1914 O às 1808 hs
Nome Sectors
Ponte 3.204